

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 11.084, DE 2018

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estabelecer como diretriz, para contratação de serviços de transporte público coletivo quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável.

Autor: Deputado BETO ROSADO

Relator: Deputado GUILHERME BOULOS

I - RELATÓRIO

Por força da alínea 'a', do inciso VII, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) opinar sobre o mérito do Projeto de Lei nº 11.084, de 2018. O texto proposto tenciona alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para incluir nova diretriz para a contratação de serviços de transporte público, segundo a qual deverá haver quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável na frota.

Na justificção, o Autor argumenta que o Brasil se comprometeu, por meio do Acordo de Paris, a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, acredita que a adoção de fontes de energia limpa no contexto do transporte coletivo dentro das cidades pode contribuir para alcançar os objetivos propostos.

A matéria foi discutida na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 25/09/2019, quando recebeu parecer pela aprovação. Em seguida, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição da matéria, em reunião realizada em 13/07/2021. Após a análise



de mérito desta CDU, a matéria terá a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa avaliadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição tramita em regime ordinário e teve a competência para sua apreciação transferida para o Plenário, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, g, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O texto em discussão tenciona alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para incluir nova diretriz para a contratação de serviços de transporte público, segundo a qual deverá haver percentual mínimo de veículos movidos a energia renovável na frota, garantida a aquisição de ao menos um veículo.

O tema é justo e meritório e a proposição deve prosperar. O processo de descarbonização das frotas é um dos passos indispensáveis para alcançarmos as metas ambientais assumidas pelo País.

O transporte é um dos setores que mais emitem poluentes e a substituição, ainda que parcial, dos veículos a combustão por veículos movidos a energia renovável na frota das cidades, contribuirá para o cumprimento dos acordos internacionais de redução de emissões de carbono firmados pelo Brasil. Além disso, o aumento da participação dos veículos menos poluentes no transporte coletivo pode ajudar na melhoria da qualidade do ar nas cidades, reduzindo doenças respiratórias e outros problemas de saúde pública. Outra contribuição nesse contexto é a diminuição da poluição sonora, uma vez que esses veículos tendem a ser mais silenciosos.

Ainda, os custos de operacionais e de manutenção desses veículos, que contam com tecnologia mais moderna e eficiente, costumam ser mais baixos, após vencida a curva de aprendizado. Os custos com a fonte de energia renovável, por sua vez, tendem a ser inferiores aos custos com



combustíveis fósseis. Nesse sentido, espera-se ver uma economia de recursos de longo prazo, proporcional à participação dos veículos “limpos” na frota.

Somos, assim, favoráveis ao mérito da matéria. Entretanto, importante reconhecer a multiplicidade de realidades enfrentadas pelos 5.568 Municípios do nosso País. Tal sorte de diretriz é bem-vinda para uma frota de 13 mil veículos como a da cidade de São Paulo, por exemplo. Entretanto, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios, ao menos 2.128 cidades sequer contam com transporte público coletivo. Além disso, muitos Municípios pequenos oferecem o serviço com frotas extremamente reduzidas. Há muitos casos em que o serviço em um Município é gerido pelo Município vizinho.

Nesse cenário, a imposição de aquisição de pelo menos um veículo movido a energia renovável em cada Município pode causar grandes dificuldades aos gestores e impor custos desproporcionais aos cofres municipais, o que pode inviabilizar a prestação do serviço nas condições em que operam atualmente.

Dessa forma, propomos ajuste ao texto, no qual limitamos a exigência proposta pelo Autor aos Municípios com população superior a quinhentos mil habitantes. Acreditamos que esse tipo de discriminação é importante para que a norma não gere impactos desproporcionais a Municípios que não tenham o sistema de transporte urbano suficientemente maduro.

Pelo exposto, voto pela aprovação do PL nº 11.084, de 2018, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GUILHERME BOULOS
Relator

2024-9537



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 11.084, DE 2018

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estabelecer como diretriz, para contratação de serviços de transporte público coletivo, quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 10 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para estabelecer como diretriz para contratação de serviços de transporte público coletivo quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável.

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 10.....

.....

.

VI – para Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, estabelecimento de quantidade mínima de veículos movidos a energia renovável na frota, garantida a exigência de pelo menos um veículo em cada Município.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GUILHERME BOULOS
Relator



2024-9537

5

Apresentação: 08/07/2024 11:14:42.660 - CDU
PRL 1 CDU => PL 11084/2018

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240185414000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Boulos

